
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0001966-42.2011.2.00.0000**Requerente:** Associação dos Magistrados do Estado de Goiás - Asmego**Interessado:** Ronnie Paes Sandre**Requerido:** Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**Advogado(s):** GO012539 - Augusto César Rocha Ventura e Outros (REQUERENTE)

GO017385 - Samuel Martins Gonçalves (REQUERENTE)

GO023441 - Rodrigo Gonçalves Montalvão e Outro (REQUERENTE)

GO029550 - Chrystiane Belo Figueira de Almeida Rizzo (REQUERENTE)

MAGISTRADOS. PROMOÇÃO POR MERECIMENTO. MOMENTO DE ATUALIZAÇÃO DA LISTA DE ANTIGUIDADE. Da conjugação da literalidade do parágrafo único do art. 2º e do art. 9º da Resolução n.º 106 do CNJ constata-se que, salvo as questões relativas à conduta ética do Magistrado postulante à promoção por merecimento, todas as demais condições e elementos de avaliação devem ser levadas em consideração até a data do término de inscrição para concorrência à respectiva vaga. A composição da lista de antiguidade, como não poderia deixar de ser, também ocorre até esse momento.

Pedido de Providências que se julga improcedente.

D) RELATÓRIO

A Associação dos Magistrados do Estado de Goiás – ASMEGO apresenta o presente Pedido de Providências, com pedido de liminar, para que o Tribunal de Justiça daquele Estado observe o disposto no art. 93, II, da Constituição Federal e na Resolução n.º [106](#) do Conselho Nacional de Justiça, especificamente no que tange ao momento de atualização da lista de antiguidade para fins de promoção por merecimento. Objetiva a verificação dos integrantes do primeiro quinto na data da sessão de julgamento dos pedidos de promoção. Sustenta que qualquer informação desatualizada a respeito da lista de antiguidade poderia implicar a composição equivocada dos quintos, gerando insegurança jurídica para os Magistrados interessados no pedido de promoção e/ou remoção.

A liminar pleiteada na exordial foi indeferida (evento 5).

Ronnie Paes Sandre, 2º Juiz de Direito da 6ª Vara Cível de Goiânia, requereu sua intervenção no processo como terceiro interessado, na forma do art. 94 do Regimento Interno deste Conselho. Diz que, em virtude de se encontrar inscrito no concurso de remoção por merecimento ao cargo de Juiz Substituto em 2º Grau do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, ainda sem decisão final, poderá ser diretamente afetado pelo julgamento a ser proferido no presente Pedido de Providências. Pede, em suma, pela improcedência do pedido, sob pena de afronta à Resolução n.º 106/2010 do CNJ (evento 8). O pedido foi deferido.

Em sua manifestação (evento 11), o Requerido observa que, nos termos do art. 2º da Resolução n.º 106 do CNJ, ressalvadas as condições relativas à conduta ético-profissional do Magistrado postulante à promoção/remoção por merecimento, todas as demais condições e elementos de avaliação devem ser levadas em consideração até a data de inscrição para concorrência à vaga respectiva. Conclui que,

quanto à data de atualização da lista de antiguidade, tem aplicado a literalidade dos termos da referida Resolução.

Na réplica à manifestação do Requerido, a Asmego ratifica os termos expostos na petição inicial (evento 17).

É o relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

Verifica-se, de plano, que a Requerente não tem razão em sua pretensão de compelir o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás a observar, como momento de atualização das listas de antiguidade para fins de promoção/remoção de Magistrados, a data da sessão de julgamento dos pedidos correspondentes.

Com efeito, documento firmado pela Secretária do Plenário e da Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, que acompanha a inicial, assim certifica:

“Nas sessões administrativas realizadas na Corte Especial para deliberar sobre pedidos de promoção e/ou remoção de juízes, a lista de antiguidade de entrâncias inicial, intermediária e final fornecida pela Diretoria de Recursos Humanos deste Tribunal, que acompanha para instruir no dia da sessão, é atualizada da data do último dia do vencimento do prazo do edital ou editais referentes aos pedidos a serem apreciados, nos termos da Resolução nº 106/2010 do CNJ e Resolução nº 03/2010 do TJGO.”

O procedimento adotado pelo Tribunal Requerido encontra respaldo no parágrafo único do art. 2º da Resolução n.º 106/2010 deste Conselho, que dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau, *in verbis*:

“Art. 2º O magistrado interessado na promoção dirigirá requerimento ao Presidente do Tribunal de 2º grau no prazo de inscrição previsto no edital de abertura do respectivo procedimento.

Parágrafo único. Salvo em relação ao art. 9º desta Resolução, as demais condições e elementos de avaliação serão levadas em consideração até à data de inscrição para concorrência à vaga.”
(Assinalei)

Por sua vez, é esse o teor do art. 9º:

“Art. 9º Na avaliação da adequação da conduta ao Código de Ética da Magistratura Nacional serão considerados:

a) a independência, imparcialidade, transparência, integridade pessoal e profissional, diligência e dedicação, cortesia, prudência, sigilo

profissional, conhecimento e capacitação, dignidade, honra e decoro;
b) negativamente eventual processo administrativo disciplinar aberto contra o magistrado concorrente, bem como as sanções aplicadas no período da avaliação, não sendo consideradas eventuais representações em tramitação e sem decisão definitiva, salvo com determinação de afastamento prévio do magistrado e as que, definitivas, datem de mais de dois anos, na data da abertura do edital.”

Da conjugação da literalidade dos dispositivos transcritos, constata-se que, salvo as questões relativas à conduta ética do Magistrado postulante à promoção por merecimento, todas as demais condições e elementos de avaliação devem ser levados em consideração até a data do término da inscrição para a concorrência à respectiva vaga. A composição da lista de antiguidade, como não poderia deixar de ser, também ocorre até esse momento.

Registre-se, por fim, que o precedente deste Conselho trazido pela Requerente (PCA n.º 233) não trata especificamente da matéria em análise, mas sim de critério de apuração da primeira quinta parte da lista de antiguidade dos Juízes do Trabalho Substitutos, nos casos em que há mais de uma vaga a ser preenchida na mesma ocasião pelos critérios de antiguidade e merecimento. Essa decisão, ademais, é datada de outubro de 2006, sendo que a Resolução deste Conselho que embasa a presente decisão (n.º 106) é de 06 de abril de 2010.

III) CONCLUSÃO

Na conformidade do exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o presente Pedido de Providências.

Intimem-se as partes e o terceiro interessado. Após, arquivem-se os autos.

Brasília. 25 de outubro de 2011.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA em 21 de Outubro de 2011 às 08:27:09

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:
e37d16907bb9220ba892a7bcbd24544e



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3**

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **93573**



